

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 105.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro (LOE/2018))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2019

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/15 a dez/15	2016	2017	jan/18 a set/18	Média dos 36 meses anteriores a out/2018
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090110	Venda de terrenos a Famílias	6 678,39	10 470,50	19 926,18	11 732,20	16 269,09
090210	Venda de habitações a Famílias	656,25	2 625,00	2 625,00	1 968,75	2 625,00
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	45 000,10	459 000,90	0,00	168 000,33
09040101	Venda de equipamento de transporte a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	14 000,00	4 666,67
09040102	Venda de maquinaria e equipamento a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		7 334,64	58 095,60	481 552,08	27 700,95	191 561,09

Artigo 105.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro (LOE/2018)

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2019, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.